

Maria Teresa Payan Martins, CHAM / FCSH-NOVA

A oficina de António Rodrigues Galhardo nas origens da Imprensa Nacional

Quando em 1768 a questão do sigilismo (1745) renasce, o quadro político-religioso encontra-se completamente alterado. D. Miguel da Anunciação continuava, naquela altura, a dirigir a diocese de Coimbra e era, desde 1759, o único chefe dos jacobeus, protagonista da contenda de 1745, ainda vivo. Fiel aos princípios reformistas jacobeus, o bispo de Coimbra via com apreensão a invasão das doutrinas regalistas e ainda antes de ser preso, em 1768, manifestou a sua discordância com os teólogos e juristas de Sebastião José. O pretexto para a reabertura do conflito surgiu em 1768, quando o bispo-conde de Coimbra, alarmado com as proporções que o regalismo e materialismo atingiam em Portugal, mandou ler nas igrejas da sua diocese uma pastoral manuscrita, proibindo aos seus diocesanos, sob pena de excomunhão, a leitura de livros que tinham sido publicados nos últimos tempos, “contra a religião revelada e a pureza dos costumes”. D. Miguel da Anunciação foi preso, fez-se saber que caíra no crime de lesa-majestade e cometeu-se à Real Mesa Censória o exame da Pastoral. A sentença condenatória foi proferida e de imediato impressa. Esta espécie apresenta uma particularidade digna de registo e que carece de explicação: embora no seu rosto figure que foi estampada na Régia Oficina Tipográfica, a paternidade tipográfica da Sentença da Real Mesa Censória contra a pastoral manuscrita ... que o bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação espalhou clandestinamente ... é comprovadamente de António Rodrigues Galhardo.

NOTAS